



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA**

Adesão à Ata de Registro de Preços nº 12/2021, oriunda do Pregão Eletrônico 09/ 2021 - SRP, da Prefeitura Municipal de Malhador, inscrita no CNPJ sob o nº 13.104.757/0001-77

CONTRATO N.º 114/2021

TERMO DE CONTRATO ADMTNISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE MOITA BONITA, E, DO OUTRO, BAT AUTO LTDA, DECORRENTE DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 09/2021.

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE MOITA BONITA, com sede na Praça Santa Terezinha, nº 26, centro, na cidade de Moita Bonita, Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ sob o Nº 13.104.112/0001-34, neste ato representado pelo Sr. Wagner Costa da Cunha, brasileiro, portador do CPF nº 652.669.865-49 e RG nº 1102967 – SSP/SE, neste ato denominado Órgão Gerenciador, e a empresa **BAT AUTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.217.440/0001-56 com sede à rua Avenida Mamede Paes Mendonça c/ Gentil Tavares, nº 1154, bairro Getulio Vargas, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, representada neste ato pelo Sr. **Lucas Sobral Melo**, doravante denominada CONTRATADA, pactuam entre si as cláusulas à seguir:

1.1. FUNDAMENTO LEGAL DA ADJUDICAÇÃO:

Este contrato decorre da ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021, oriundo do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 009/2021 - PMM**, homologado em 20 de Julho de 2021 em conformidade com o que consta no procedimento licitatório em anexo, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e às normas da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, inclusive quanto aos casos omissos, vinculando-se também, a proposta vencedora ao Edital, bem como o edital que também é parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO CONTRATO

2.1. O presente contrato tem por objetivando a contratação de empresa especializada em manutenção de veículos automotivos da Prefeitura Municipal de Moita Bonita, Estado de Sergipe, com o fornecimento de peças e acessórios (ORIGINAIS E GENUÍNAS), conforme especificação e quantidade constante no termo de referência, ANEXO I deste Edital e demais anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 – DA CONTRATANTE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 3.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 3.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 3.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 3.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 3.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e procedência;
- 3.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 3.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

2



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato administrativo será até 31 de dezembro de 2021, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇOS, PAGAMENTOS E ALETRAÇÃO

5.1. O objeto será fornecido pelo valor global de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pagos conforme emissão da respectiva autorização de fornecimento.

Parágrafo Único - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da NotaFiscal pelo setor competente.

5.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contratado estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

5.3. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, creditado em favor da Licitante vencedora, após o fornecimento do objeto, e mediante a apresentação da Nota Fiscal e liberação da mesma pelo Setor competente, mediante Ordem Bancária na conta Bancária informada pela Contratada.

5.4. O preço fixo e sem reajuste.

5.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

5.6. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLAUSULA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta dos recursos do contratante, no orçamento de 2021:

• **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

20500 - Secretaria Municipal De Educação – 2033 – Manutenção Do Salário Educação – 3390300000 – Material De Consumo – 11200000 – Transferência Do Salário Educação.

20500 - Secretaria Municipal De Educação – 2022 – Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental – 3390300000 – Material De Consumo – 11110000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

20500 - Secretaria Municipal De Educação – 2023 – Manutenção do Sistema de Transporte Escolar – PNATE – 3390300000 – Material De Consumo – 11110000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação.

20500 - Secretaria Municipal De Educação – 2023 – Manutenção do Sistema de Transporte Escolar – PNATE – 3390300000 – Material De Consumo – 11230000 – Transferência de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

20500 - Secretaria Municipal De Educação – 2023 – Manutenção do Sistema de Transporte Escolar – PNATE – 3390300000 – Material De Consumo – 11250000 – Transferência de Convênios ou de Contratos de Repasse Vinculados à Educação.

- **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

20700 – Secretaria Municipal De Obras E Serviços Urbanos – 2036 – MANUTENÇÃO DA Secretaria Municipal De Obras E Serviços Urbanos – 3390300000 – Material De Consumo – 10010000 – Recursos Ordinários.

- **20200 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

20200 Secretaria Municipal De Administração – 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração – 3390300000 - Material de Consumo – 10010000 – Recursos Ordinários.

- **20400 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

20400 – Secretaria Municipal De Desenvolvimento Sustentável -2011 – Manutenção Da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Sustentável - 3390300000 - Material de Consumo – 10010000 – Recursos Ordinários.

- **20100 GABINETE DO PREFEITO**

20100 – Gabinete Do Prefeito – 2003 – Manutenção Do Gabinete Do Prefeito - 3390300000 - Material De Consumo – 10010000 – Recursos Ordinários.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do Contrato, será acompanhada e fiscalizada por um ou mais servidores representantes da CONTRATANTE, especialmente designados pela Secretaria ou departamento Solicitante.

7.2. Estando o objeto licitados em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

8.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

8.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

8.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.5. Cometer fraude fiscal;

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

8.2.2. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor dos produtos faltantes, no caso de atraso na entrega;

8.2.3. Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa da contratada;

8.2.4. Multa de 10%, aplicada sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho;

8.2.5. Multa de 0,5% ao dia, aplicada sobre o valor do contrato, por descumprimento de outras obrigações previstas neste edital e seus anexos.

8.2.6. A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, e poderá ser descontada dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de Moita Bonita/SE, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente;

8.2.7. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.2.8. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

8.2.9. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até cinco anos;

8.2.10. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa prevista no Termo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

de Referência.

8.2.11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

8.3. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as demulta, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em conta específica em favor da Contratante, ou cobrados judicialmente.

8.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

8.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas na Imprensa Oficial da União, Estado e Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado do Cadastro de Fornecedores, por igual período sem prejuízo das multas previstas neste documento e nas demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.


9.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão prevista nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Malhador/SE para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

10.2. E por estarem assim ajustados e contratados, firmam as partes o presente Contrato em duas vias de iguais formas e teor, que vão assinadas pelas partes.

Moita Bonita/SE, 10 de dezembro de 2021.


Wagner Costa da Cunha
MUNICÍPIO DE MOITA BONITA
VAGNER COSTA DA CUNHA
CONTRATANTE


BÁT AUTO LTDA
Lucas Sobral Melo
EXECUTOR

TESTEMUNHAS:

Adryele Leima dos Santos
Domil Farias do Conde



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

ANEXO I
AO CONTRATO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	UNID	ESTIMADO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO
01	Fornecimento de peças e acessórios novos, com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína (ABNT NBR 15296), para veículos de linha/categoria LEVE, MÉDIA e PESADA, sob demanda, por maior desconto na Tabela do Fabricante.	pç	R\$80.000,00	TABELA DO FABRICANTE	11%
LOTE ÚNICO			R\$ 80.000,00		